

**No. 35415**

---

**Brazil  
and  
Argentina**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the  
Government of the Argentine Republic on facilitation of entrepreneurial  
activities (with annex). Brasília, 15 February 1996**

**Entry into force: 10 November 1998 by notification, in accordance with article XII**

**Authentic texts: Portuguese and Spanish**

**Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 26 January 1999**

---

**Brésil  
et  
Argentine**

**Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le  
Gouvernement de la République argentine en vue de faciliter les activités  
patronales (avec annexe). Brasília, 15 février 1996**

**Entrée en vigueur : 10 novembre 1998 par notification, conformément à l'article XII**

**Textes authentiques : portugais et espagnol**

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 26 janvier 1999**

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO  
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA SOBRE  
FACILITAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina  
(doravante denominados as “Partes”),

Conscientes da necessidade de oferecer um quadro jurídico para a inserção legal dos empresários de qualquer das Partes que, em virtude do processo de integração, queiram estabelecer-se no território da outra para o desenvolvimento de suas atividades;

Convencidos de que proporcionar à iniciativa privada o referido instrumento jurídico contribui para alcançar os objetivos assinalados no Tratado de Assunção de 26 de março de 1991;

Reconhecendo que o incentivo a empreendimentos entre agentes privados de ambos os Estados é uma etapa necessária para elevar o nível de qualificação das empresas da região e sua integração na economia mundial,

Acordam o seguinte:

**ARTIGO I**

Os empresários de nacionalidade de qualquer das Partes poderão estabelecer-se no território da outra Parte para o exercício de suas atividades sem outras restrições que aquelas emanadas das disposições que regem as atividades dos empresários do Estado receptor, excetuadas aquelas cujas legislações nacionais considerem privativas de seus respectivos cidadãos.

**ARTIGO II**

Para os fins do presente Acordo, consideram-se atividades de natureza empresarial as de investidor, membro da diretoria, administrador ou gerente de empresas dos setores de serviços, comércio e indústria.

### ARTIGO III

Cada Parte se compromete a facilitar aos empresários da outra o seu estabelecimento e o livre exercício de suas atividades empresariais em conformidade com o disposto no presente Acordo, agilizando a avaliação dos processos e a expedição dos respectivos documentos de identidade e permanência.

### ARTIGO IV

Aos empresários que, a juízo da autoridade consular, cumpram com os requisitos a que se refere o Artigo V, será outorgado o visto de residência temporária ou permanente, segundo o caso, que lhes permita celebrar atos de aquisição, administração ou disposição necessários para seu estabelecimento pessoal, dos membros de sua família, e para o exercício de sua atividade empresarial.

### ARTIGO V

Os requisitos a serem exigidos administrativamente através das autoridades consulares respectivas para a concessão de vistos de residência temporária ou permanente estão enumerados no Anexo I do presente Acordo. Cumpridos os citados requisitos, as autoridades consulares deverão pronunciar-se dentro de um prazo de 60 (sessenta) dias, após o que, sem haver resposta, o interessado poderá recorrer à área pertinente da chancelaria de seu país.

### ARTIGO VI

As Partes cooperarão entre si com o objetivo de harmonizar suas legislações e regulamentos com o tratamento reconhecido pelo presente Acordo aos empresários nacionais de uma das Partes para possibilitar o exercício de suas atividades habituais no território da outra.

### ARTIGO VII

A harmonização mencionada no Artigo anterior tem por propósito alcançar os objetivos de integração fixados pelo Tratado de Assunção, e se inspira nas disposições emanadas dos órgãos apropriados do MERCOSUL.

### ARTIGO VIII

Os órgãos competentes de cada uma das Partes velarão pelo cumprimento do presente Acordo.

### ARTIGO IX

Entende-se por órgãos competentes para aplicação deste Acordo aos encarregados, no território de cada Parte, de conceder a autorização necessária para o ingresso e a permanência dos empresários da outra Parte, a saber, no caso do Brasil o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, e no caso da Argentina o Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto e o Ministerio del Interior.

### ARTIGO X

Os representantes das Partes se reunirão anualmente ou em caráter extraordinário a pedido de quaisquer das Partes para analisar questões relacionadas com a aplicação do presente Acordo, com a participação das entidades empresariais envolvidas, que serão convidadas para tal finalidade.

### ARTIGO XI

Por conformidade entre as Partes, as modificações no Anexo I do presente Acordo, assim como outros Anexos que eventualmente se incorporem ao mesino, serão formalizadas por troca de Notas reversais.

### ARTIGO XII

O presente Acordo entrará em vigor por um período de 2 (dois) anos, na data em que as Partes se notifiquem mutuamente, por via diplomática, sobre o cumprimento de requisitos internos para o início de sua vigência. Findo o período de 2 (dois) anos, o presente Acordo passará a ter duração indefinida, podendo ser denunciado por qualquer uma das Partes, com uma antecipação mínima de 6 (seis) meses.

Feito em Brasília, em 15 de fevereiro de 1996, em dois exemplares nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Luiz Felipe Lampreia  
Ministro de Estado das  
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
ARGENTINA  
Elito Aldo Guadagni  
Embaixador

A N E X O I

**A) Requisitos que deverão cumprir os nacionais de ambos os países para estarem compreendidos nas categorias indicadas no Artigo II do presente Acordo:**

1. declaração expedida pela autoridade competente do país de origem que certifique a existência da ou das empresas de que é titular ou participa o requerente;
2. referências comerciais e/ou bancárias;
3. em caráter complementar, poderão ser requeridos, a juízo da autoridade consular, outros meios probatórios que contribuam para atestar a qualidade alegada, tais como: correspondência comercial e bancária, recibos de pagamentos de tributos, números de identificação fiscal, impressos da empresa, etc.;
4. no caso dos investidores, exigir-se-á um montante mínimo de US\$ 100.000,00.

**B) Atividades permitidas sob o amparo do visto correspondente:**

No campo das atividades que se podem desenvolver ao amparo do visto correspondente, incluem-se também as seguintes:

1. realizar todo tipo de operações bancárias permitidas por lei a nacionais do país receptor;
2. dirigir e/ou administrar empresas, sejam ou não de sua propriedade, realizando todas as tarefas de aquisição, disposição, administração, produção, financeiras, comerciais, etc;
3. assumir a representação legal e jurídica da empresa;
4. realizar operações de comércio exterior;
5. assinar balanços.

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL  
Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA  
SOBRE FACILITACIÓN DE ACTIVIDADES EMPRESARIALES**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil,

y

El Gobierno de la República Argentina  
(en adelante denominados las "Partes"),

Conscientes de la necesidad de brindar un marco jurídico a la inserción legal de los empresarios de cualquiera de las Partes que, en virtud del proceso de integración, quieran establecerse en el territorio de la otra para el desarrollo de sus actividades,

Convencidos de que proporcionar a la iniciativa privada el referido instrumento jurídico contribuye a alcanzar los objetivos señalados en el Tratado de Asunción del 26 de marzo de 1991,

Reconociendo que el fomento de emprendimientos entre agentes privados de ambos Estados, es una etapa necesaria para mejorar el nivel de calificación de las empresas de la región y su integración en la economía mundial,

Acuerdan lo siguiente:

**ARTÍCULO I**

Los empresarios de nacionalidad de cualquiera de las Partes podrán establecerse en el territorio de la otra para el ejercicio de sus actividades sin otras restricciones que las emanadas de las disposiciones que rijan las actividades de los empresarios del Estado receptor, exceptuadas aquellas cuyas legislaciones nacionales consideren privativas de sus respectivos ciudadanos.

**ARTÍCULO II**

Para los fines del presente Acuerdo, se consideran actividades de naturaleza empresarial las de inversor, miembro del directorio, administrador o gerente en empresas de los sectores de servicio, comercio e industria.

**ARTÍCULO III**

Cada Parte se compromete a facilitar a los empresarios de la otra su establecimiento y el libre ejercicio de sus actividades empresariales, en conformidad con lo dispuesto en el

presente Acuerdo, agilizando la evaluación de los procesos y la expedición de los respectivos documentos de identidad y permanencia.

#### ARTÍCULO IV

A los empresarios que, a juicio de la autoridad consular, cumplan los requisitos a que se refiere el Artículo V, se les otorgará la visación de residencia temporaria o permanente, según el caso, que les permita celebrar actos de adquisición, administración o disposición necesarios para su establecimiento personal, el de los miembros de su familia, y el ejercicio de su actividad empresarial.

#### ARTÍCULO V

Los requisitos que serán exigidos administrativamente a través de las autoridades consulares respectivas para el otorgamiento de las visaciones de residencia temporaria o permanente, son los enumerados en el Anexo I al presente Acuerdo. Cumplidos dichos requisitos, las autoridades consulares deberán expedirse dentro de un plazo de 60 (sesenta) días, vencido el cual sin haber recibido respuesta el interesado, éste podrá recurrir al área pertinente de la Cancillería de su país.

#### ARTÍCULO VI

Las Partes cooperarán entre sí con el objetivo de armonizar sus legislaciones y reglamentos con el tratamiento reconocido por el presente Acuerdo a los empresarios nacionales de una de las Partes para posibilitar el ejercicio de sus actividades habituales en el territorio de la otra.

#### ARTÍCULO VII

La armonización mencionada en el Artículo anterior tiene por propósito alcanzar los objetivos de integración fijados en el Tratado de Asunción, y se inspira en las disposiciones emanadas de los órganos propios del MERCOSUR.

#### ARTÍCULO VIII

Los organismos competentes de cada una de las Partes velarán por el cumplimiento del presente Acuerdo.

#### ARTÍCULO IX

Se entenderá por organismos competentes para la aplicación de este Acuerdo a los encargados, en el territorio de cada Parte, de otorgar la autorización necesaria para el ingreso y la permanencia de los empresarios de la otra Parte, a saber, en el caso de Brasil el Ministerio de Relaciones Exteriores y el Ministerio de Justicia, y en el caso de Argentina el Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto y el Ministerio del Interior.

ARTÍCULO X

Los representantes de las Partes se reunirán anualmente, o en carácter extraordinario a pedido de cualquiera de ellas, para analizar cuestiones relacionadas con la aplicación del presente Acuerdo con la participación de las entidades empresarias involucradas, que serán invitadas a dicho fin.

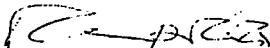
ARTÍCULO XI

De común acuerdo entre las Partes las modificaciones al Anexo I del presente acuerdo, así como otros Anexos que eventualmente se incorporen al mismo, serán formalizadas por intercambio de Notas reversales.

ARTÍCULO XII

El presente Acuerdo entrará en vigor, por un periodo de 2 (dos) años, en la fecha que las Partes se hayan comunicado mutuamente, por vía diplomática, el cumplimiento de los requisitos internos para su entrada en vigencia. Cumplido un periodo de 2 (dos) años, el presente Acuerdo pasará a tener una duración indefinida, pudiendo ser denunciado por cualquiera de las Partes, con una anticipación mínima de 6 (seis) meses.

Hecho en Brasilia, el 15 de Febrero de 1996, en dos ejemplares en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

  
Por el Gobierno de la  
República Federativa del Brasil

  
Por el Gobierno de la  
República Argentina

**ANEXO I**

**A) Requisitos que deberán cumplir los nacionales de ambos países para estar comprendidos en las categorías indicadas en el Artículo II del presente Acuerdo**

1. constancia expedida por la autoridad competente del país de origen que certifique la existencia de la o las empresas de la que es titular o forma parte el recurrente;
2. referencias comerciales y/o bancarias;
3. con carácter complementario, se podrán requerir, a juicio de la autoridad consular, otros medios de prueba que contribuyan a acreditar la calidad invocada, tales como: correspondencia comercial y bancaria, recibos de pagos impositivos, números de identificación tributaria, papelería de la empresa, etc.
4. en el caso de los inversores, se requerirá un monto mínimo de u\$s 100.000. .

**B) Actividades permitidas al amparo de la visación correspondiente**

**En el marco de las actividades que se pueden desarrollar al amparo de la visación correspondiente, se incluyen también las siguientes:**

1. realizar todo tipo de operaciones bancarias permitidas por ley a los nacionales del país receptor;
2. dirigir y/o administrar empresas, sean o no de su propiedad, realizando todas las tareas de adquisición, disposición, administración, producción, financieras, comerciales, etc.;
3. asumir la representación legal y jurídica de la empresa;
4. realizar operaciones de comercio exterior;
5. firmar balances.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE ARGENTINE REPUBLIC ON THE FACILITATION OF ENTREPRENEURIAL ACTIVITIES

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of the Argentine Republic (hereinafter referred to as the "Parties"),

Aware of the need to provide a legal framework for the legal integration of entrepreneurs of either of the Parties who, as part of the integration process, seek to establish themselves in the territory of the other Party in pursuit of their activities;

Convinced that providing private enterprise with the above-mentioned legal instrument will help to achieve the objectives established in the Treaty of Asunción of 26 March 1991;

Recognizing that encouraging initiatives among private parties of the two States is a necessary step in raising the level of skills in the enterprises of the region and increasing their integration into the global economy;

Have agreed as follows:

*Article I*

Entrepreneurs who are nationals of either Party may establish themselves in the territory of the other Party in order to carry out their activities without any restrictions other than those stemming from the regulations that govern the activities of entrepreneurs of the receiving State, with the exception of activities which the legislation of either State declares exclusive to its citizens.

*Article II*

For the purposes of this Agreement, activities of an entrepreneurial nature shall be deemed to be those of investor, member of a board of directors, administrator or manager of companies in the services, trade and industry sectors.

*Article III*

Each Party shall facilitate the establishment and free exercise of entrepreneurial activities by entrepreneurs of the other Party, in accordance with the provisions of this Agreement, by expediting the processing and issue of the relevant identity and residence documents.

*Article IV*

Entrepreneurs deemed by the consular authority to have complied with the requirements to which article V refers shall be granted a temporary or permanent residence visa, as appropriate, which will allow them to carry out the purchase, administrative or sale procedures necessary to their establishment and that of their families and to the exercise of their entrepreneurial activity.

*Article V*

The administrative requirements to be imposed through the consular authorities for the granting of temporary or permanent residence visas are set forth in annex I to this Agreement. Once the said requirements have been met, the consular authorities shall take a decision within sixty (60) days, after which, if there has been no reply, the person in question may consult the competent office of the Ministry of Foreign Affairs of his own country.

*Article VI*

The Parties shall cooperate with each other with a view to the harmonization of their legislation and regulations with the treatment granted under this Agreement to entrepreneurs who are nationals of one Party in order to facilitate the exercise of their habitual activities in the territory of the other Party.

*Article VII*

The harmonization referred to in the preceding article is intended to achieve the integration objectives established in the Treaty of Asunción and is based on the directives of the relevant bodies of the Southern Common Market (MERCOSUL).

*Article VIII*

The competent bodies of each Party shall ensure the implementation of this Agreement.

*Article IX*

The competent bodies for the implementation of this Agreement in the territory of each Party shall be those responsible for granting the necessary authorization for the entry and residence of entrepreneurs of the other Party. The said bodies shall be the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Justice in the case of Brazil and the Ministry of Foreign Affairs, International Trade and Worship and the Ministry of the Interior in the case of Argentina.

*Article X*

The representatives of the Parties shall meet annually, or in special session, at the request of either Party, in order to consider matters relating to the implementation of this Agreement, with the participation of the relevant entrepreneurial bodies, which shall be invited to attend.

*Article XI*

The Parties hereby agree that amendments to annex I to this Agreement or to any other annexes which may subsequently be incorporated in it shall come into effect through an exchange of notes.

*Article XII*

This Agreement shall enter into force for a period of two years as from the date on which the Parties notify each other through the diplomatic channel that the internal procedures required for its entry into force have been completed. After two years, this Agreement shall remain in force for an indefinite period and may be terminated by either of the Parties with at least six months' notice.

Done at Brasilia on 15 February 1996 in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Argentine Republic:

ELITO ALDO GUADAGNI  
Ambassador

## ANNEX I

(A) The requirements to be met by nationals of the two countries for inclusion in the categories listed in article II of this Agreement shall comprise provision of the following:

1. A declaration issued by the competent authority of the country of origin certifying the existence of the company or companies of which the applicant is an owner or shareholder;
2. Commercial and/or banking references;
3. At the discretion of the consular authorities, other supporting documents such as commercial and banking correspondence, tax receipts, tax identification numbers or company stationery may be requested as proof of the status claimed;
4. In the case of investors, a minimum of US\$ 100,000 may be required.

(B) Activities authorized under the relevant visa:

The activities authorized under the relevant visa shall also include:

1. All banking transactions in which nationals of the receiving country may legally engage;
2. Management and/or administration of companies, whether or not owned by the visa-holder, including transactions relating to purchase, sale, administration, production, finance and trade;
3. Legal representation of the company;
4. Foreign trade transactions; and
5. Signing of financial statements.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE EN VUE DE FACILITER LES ACTIVITÉS PATRONALES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République argentine (ci-après dénommés "les Parties"),

Conscients de la nécessité d'offrir un cadre juridique permettant l'insertion légale des dirigeants d'entreprise de l'une ou l'autre des Parties qui, en vertu du processus d'intégration, souhaitent s'établir sur le territoire de l'autre Partie afin d'y développer leurs activités,

Persuadés que la fourniture à l'initiative privée de l'instrument juridique susmentionné permettra d'atteindre les objectifs énumérés dans le Traité d'Asunción du 26 mars 1991,

Reconnaissant qu'encourager la prise d'initiatives par les agents du secteur privé des deux Etats représente une étape nécessaire vers l'amélioration du niveau de qualification des entreprises de la région et leur intégration dans l'économie mondiale,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

Les dirigeants d'entreprise ayant la nationalité de l'une des Parties pourront s'établir sur le territoire de l'autre Partie pour y exercer leurs activités sans autres restrictions que celles que leur imposent les dispositions régissant les activités des dirigeants d'entreprise de l'état bénéficiaire, excepté celles que leurs législations nationales respectives estiment être la prérogative de ses citoyens.

*Article II*

Aux fins du présent Accord, sont considérées comme des activités de caractère patronal celles d'investisseur, de membre d'un conseil d'administration ou de gérant d'entreprise dans les secteurs des services, du commerce et de l'industrie.

*Article III*

Chaque Partie s'engage à faciliter aux dirigeants d'entreprise de l'autre Partie leur prise de fonctions et le libre exercice de leurs prérogatives patronales, conformément aux dispositions du présent Accord, en assouplissant l'évaluation des procédures et la délivrance des pièces d'identité et permis de séjour.

*Article IV*

Les dirigeants d'entreprise qui, de l'avis des autorités consulaires, remplissent les conditions visées à l'article V, recevront un permis de résidence soit temporaire, soit perma-

nente qui leur permettra de procéder aux achats ou de gérer les biens nécessaires à leur propre installation ainsi qu'à celle des membres de leur famille et d'exercer les activités qui leur incombent en tant que dirigeants d'entreprise.

*Article V*

Les conditions exigibles sur le plan administratif par les autorités consulaires respectives pour la délivrance des permis de résidence temporaire ou permanente sont énumérées à l'Annexe I au présent Accord. Lorsque ces conditions auront été remplies, les autorités consulaires devront délivrer les permis en question dans un délai de soixante (60) jours, au-delà duquel l'intéressé n'ayant pas reçu de réponse pourra s'adresser au service pertinent du Ministère des relations extérieures de son pays.

*Article VI*

Les Parties coopèrent entre elles en vue d'harmoniser leurs législations et leurs règlements respectifs avec le traitement que le présent Accord reconnaît devoir s'appliquer aux dirigeants d'entreprise de l'une des Parties pour leur permettre d'exercer leurs activités habituelles sur le territoire de l'autre Partie.

*Article VII*

L'harmonisation visée à l'article précédent a pour objet de permettre d'atteindre les objectifs d'intégration fixés dans le Traité d'Asunción et s'inspire des dispositions émanant des organes mêmes du MERCOSUR.

*Article VIII*

Les organismes compétents de chacune des Parties veilleront à l'application du présent Accord.

*Article IX*

Par organismes compétents en matière d'application du présent Accord, on entend ceux qui sont responsables, sur le territoire de chacune des Parties, de la délivrance de l'autorisation nécessaire à l'entrée et au séjour dans le pays des dirigeants d'entreprise de l'autre Partie, à savoir, dans le cas du Brésil, le Ministère des relations extérieures et le Ministère de la justice et, dans le cas de l'Argentine, le Ministère des relations extérieures, du commerce international et du culte et le Ministère de l'intérieur.

*Article X*

Les représentants des Parties tiendront des réunions annuelles ou, à la demande de l'une d'elles, des réunions extraordinaires, afin d'étudier, conjointement avec les entités pa-

tronales concernées, qui seront invitées à cette fin, les questions liées à l'application du présent Accord.

*Article XI*

D'un commun accord entre les Parties, les modifications à l'Annexe I du présent Accord, de même qu'aux autres Annexes qui pourraient éventuellement y être incorporées, seront formalisées au moyen d'un échange de notes.

*Article XII*

Le présent Accord entrera en vigueur, pour une période de deux (2) ans, à la date à laquelle les Parties se seront notifié par la voie diplomatique qu'elles ont accompli les formalités internes requises. Passé une période de deux (2) ans, le présent Accord aura une durée indéterminée et pourra être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties avec un préavis de six (6) mois.

Fait à Brasilia, le 15 février 1996, en deux exemplaires, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre d'État pour les relations extérieures,

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République argentine :

L'Ambassadeur,

ELITO ALDO GUADAGNI

ANNEXE I

A) Conditions à remplir par les ressortissants des deux pays pour faire partie des catégories indiquées à l'article II du présent Accord :

1. Preuve, fournie par l'autorité compétente du pays d'origine, de l'existence de la ou des entreprise(s) dont l'appelant est titulaire ou fait partie;

2. Références commerciales et/ou bancaires;

3. A titre complémentaire, et de l'avis de l'autorité consulaire, d'autres moyens de preuve pourront être exigés pour contribuer à accréditer la qualité invoquée, tels que : correspondance commerciale et bancaire, reçus d'acquittement d'impôts, numéro d'identification fiscale, documents de l'entreprise, etc.;

4. Dans le cas des investisseurs, un montant minimum de 100 000 dollars sera requis.

B) Activités autorisées sous couvert des visas correspondants :

Parmi les activités pouvant être menées sous couvert des visas correspondants figurent également les suivantes :

1. Réaliser tout type d'opérations bancaires autorisées par la loi aux ressortissants du pays bénéficiaire;

2. Diriger et/ou gérer des entreprises, qu'elles soient ou non la propriété du demandeur, réaliser toutes les tâches d'acquisition, de cession, d'administration, de production, de caractère financier, commercial, etc.;

3. Assumer la représentation légale et juridique de l'entreprise;

4. Réaliser des opérations commerciales avec l'étranger;

5. Signer les bilans.

